



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – *CAMPUS XII*
COLEGIADO DE PEDAGOGIA**

MONARA OLIVEIRA DE SOUZA

**BEBÊS NEGROS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS NEGRAS: UMA ANÁLISE DE
PESQUISAS PUBLICADAS**

Guanambi-Bahia
2025

MONARA OLIVEIRA DE SOUZA

**BEBÊS NEGROS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS NEGRAS: UMA ANÁLISE DE
PESQUISAS PUBLICADAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Departamento de Educação, *Campus XII* – Guanambi, como exigência para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Linhas de Pesquisa: Infância e Educação Infantil e Currículo, Diversidade e Formação Docente.

Orientadora: Professora Ma. Jamille Pereira Pimentel dos Santos

Guanambi-BA
2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pelo SISB/UNEB.
Dados fornecidos pelo próprio autor.

S729b

Souza, Monara Oliveira de

Bebês negros e crianças bem pequenas negras: Uma análise de pesquisas publicadas / Monara Oliveira de Souza. Orientador(a): Jamille Pereira Pimentel dos Santos. Santos. Guanambi, 2025.

47 p : il.

TCC (Graduação - Pedagogia). Universidade do Estado da Bahia. Guanambi. 2025.

Contém referências, anexos e apêndices.

1.Bebês negros. 2.Crianças bem pequenas negras. 3.Creche. 4.Infância. 5.Relações étnico raciais. I. Santos,Jamille Pereira Pimentel dos . II. Universidade do Estado da Bahia. Guanambi. III. Título.

CDD: 372

MONARA OLIVEIRA DE SOUZA


**BEBÊS NEGROS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS NEGRAS: UMA ANÁLISE DE
PESQUISAS PUBLICADAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade do Estado da Bahia – UNEB,
Departamento de Educação, *Campus XII* –
Guanambi, como exigência para obtenção do
título de Licenciada em Pedagogia. Aprovado
em 17/07/2025


BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Ma. Jamille Pereira Pimentel dos Santos (Orientadora)
UNEB-DEDC XII
1º Membro

Documento assinado digitalmente
 ADRIANA MOREIRA PIMENTEL TEIXEIRA
Data: 07/08/2025 19:53:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Ma. Adriana Moreira Pimentel Teixeira
UNEB-DEDC XII
2º Membro

Documento assinado digitalmente
 JANY RODRIGUES PRADO
Data: 08/08/2025 08:09:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª Ma. Jany Rodrigues Prado
UNEB-DEDC XII
3º Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me permitir chegar até aqui me dando força, coragem e esperança diante das lutas e dificuldades diárias.

Agradeço a minha família, em especial aos meus pais, Adriana Pereira de Oliveira de Souza e Adelio de Souza Pereira, principalmente minha mãe, ela que sempre foi minha rede de apoio durante todos esses anos, cuidando da minha filha para que fosse possível eu continuar no curso.

Agradeço a minha querida orientadora a Prof^a Ma. Jamille Pereira Pimentel dos Santos pela dedicação, apoio, paciência e compreensão.

Agradeço a todos os professores pelos ensinamentos, a todos os meus colegas pelos momentos divertidos, de aprendizados e, em especial, as minhas colegas conterrâneas, Marli e Renata, por todos os momentos compartilhados, as risadas e as palavras de conforto.

Por fim, sou grata a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização do meu sonho. Dedico esse trabalho à minha filha Soffia, pois ela é, e sempre será, meu motivo para sonhar, meu maior incentivo.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a produção de conhecimento no Brasil sobre bebês e crianças bem pequenas negras no contexto da creche. Para tanto, foi feito um levantamento bibliográfico na base de dados dos GT 07 e GT 21 da ANPEd, da Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações da CAPES e da BDTD, a fim de identificar as pesquisas produzidas sobre essa temática entre os anos de 2009 a 2023. Além disso, a pesquisa teve como intuito analisar os principais conceitos discutidos, identificar possíveis lacunas do conhecimento apontadas pelos pesquisadores/as acerca da temática e refletir em que medida tais pesquisas apresentam possibilidades metodológicas para a promoção de práticas pedagógicas antirracistas no contexto da creche. Logo, se trata de uma pesquisa tipo estado do conhecimento, de abordagem qualitativa, que se ancorou nos pressupostos da investigação bibliográfica. Para a análise do material produzido, foi utilizado o método da análise de conteúdo. Os principais resultados apontam que os bebês negros e as crianças bem pequenas negras produzem cultura a partir das relações que estabelecem nos ambientes em que transitam. Logo, como as relações sociais no Brasil são marcadas pelo preconceito e discriminação racial, as crianças, desde bebês, elaboram sentidos e significados a partir de tais relações, aprendendo a reproduzir muitas dessas práticas. Além disso, as pesquisas demonstram que os bebês e as crianças bem pequenas negras resistem frente às lógicas racistas, tensionando constantemente o currículo escolar.

Palavras-chave: Bebês negros. Crianças bem pequenas negras. Creche. Infância. Relações étnico-raciais.

ABSTRACT

This research aims to analyze the production of knowledge in Brazil about Black infants and very young children in the daycare setting. To this end, a bibliographic survey was conducted in the databases of ANPEd's GT 07 and GT 21, the CAPES and the BDTD National Library of Theses and Dissertations to identify research produced on this topic between 2009 and 2023. Furthermore, the research aimed to analyze the main concepts discussed, identify potential knowledge gaps identified by researchers on the topic, and reflect on the extent to which such research presents methodological possibilities for promoting anti-racist pedagogical practices in the daycare setting. Therefore, this is a state-of-the-art research with a qualitative approach, anchored in the assumptions of bibliographic research. Content analysis was used to analyze the material produced. The main findings indicate that black babies and very young black children produce culture based on the relationships they establish in the environments they live in. Therefore, since social relations in Brazil are marked by prejudice and racial discrimination, children, from infancy onward, develop meanings and significance from these relationships, learning to reproduce many of these practices. Furthermore, research shows that black babies and very young children resist racist logic, constantly challenging the school curriculum.

Keywords: Black babies. Very young black children. Daycare. Childhood. Ethnic-racial relations.

*A criança é feita de cem.
A criança tem cem mãos cem pensamentos
cem modos de pensar de jogar e de falar.
Cem sempre cem modos de escutar as maravilhas de amar.
Cem alegrias para cantar e compreender.
Cem mundos para descobrir.
Cem mundos para inventar.
Cem mundos para sonhar.
A criança tem cem linguagens (e depois cem cem cem) mas roubaram-lhe noventa e nove.
A escola e a cultura lhe separam a cabeça do corpo.
Dizem-lhe: de pensar sem as mãos
de fazer sem a cabeça
de escutar e de não falar
de compreender sem alegrias
de amar e de maravilhar-se só na Páscoa e no Natal.
Dizem-lhe: de descobrir um mundo que já existe e de cem roubaram-lhe noventa e nove.
Dizem-lhe: que o jogo e o trabalho
a realidade e a fantasia
a ciência e a imaginação
o céu e a terra
a razão e o sonho
são coisas que não estão juntas.
Dizem-lhe enfim: que as cem não existem.
A criança diz: ao contrário, as cem existem.”*

(Loris Malaguzzi)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

EF – Ensino Fundamental

ERER – Educação Para as Relações Étnico-raciais

GT – Grupo de Trabalho

MG – Minas Gerais

MT – Mato Grosso

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Combinações de descritores no levantamento bibliográfico.....	19
Quadro 2 – Pesquisas publicadas sobre a temática entre os anos de 2009 e 2023.....	19
Quadro 3 – Publicações na ANPEd	20
Quadro 4 – Relação dos conceitos encontrados nas pesquisas da ANPEd	21
Quadro 5 – Pesquisas indexadas no repositório da CAPES entre os anos de 2009 à 2023	27
Quadro 6 – Relação dos conceitos encontrados nas pesquisas na CAPES	28
Quadro 7 – Mapeamento das pesquisas publicadas entre os anos de 2009 à 2023 na BDTD	35
Quadro 8 – Relação dos conceitos encontrados nas pesquisas na BDTD.....	36

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	12
2	CAMINHOS METODOLÓGICOS	17
3	ANÁLISE DOS DADOS.....	20
	3.1 O QUE NOS DIZEM O GT 07 E GT 21 DA ANPED SOBRE BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS NEGRAS?	20
	3.2 CRIANÇA, SER DE CULTURA QUE ELABORA SENTIDOS E SIGNIFICADOS SOBRE O MUNDO.....	24
	3.3 O QUE NOS DIZEM AS PESQUISAS INDEXADAS NO REPOSITÓRIO CAPES SOBRE BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS NEGRAS?	27
	3.4 AS CRECHES, OS BEBÊS E AS CRIANÇAS BEM PEQUENAS NEGRAS FRENTE ÀS LÓGICAS COLONIAIS	30
	3.5 O QUE NOS DIZEM AS PESQUISAS INDEXADAS NO REPOSITÓRIO BDTD SOBRE BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS NEGRAS?	35
	3.6 A PRODUÇÃO DAS CULTURAS INFANTIS FRENTE ÀS PROBLEMÁTICAS DE RAÇA, RACISMO E BRANQUITUDE.....	38
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
	REFERÊNCIAS	44

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente pesquisa tem por finalidade analisar a produção de conhecimento no Brasil sobre bebês negros e crianças bem pequenas negras no contexto da creche. A motivação para essa temática se deu a partir de estudos realizados em componentes curriculares ofertados no curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, *Campus XII* e em outras experiências formativas de pesquisa e extensão ofertadas por esse Departamento. Nesse percurso, enquanto graduanda, oriunda de escola pública, filha de pais negros, mãe e mulher negra, tenho percebido, ao longo da minha trajetória acadêmica, que há uma ausência de discussões sobre os saberes, as culturas, a realidade sócio-histórica, o cotidiano e o fazer docente com bebês e crianças bem pequenas negras, especialmente no contexto da creche.

Também tenho percebido que, quase sempre, a produção acerca dessa temática volta-se para o contexto de crianças com idade a partir de 4 anos e esse fato por si só demonstra que ainda predomina um olhar e uma postura adultocêntrica sobre os/as bebês e as crianças bem pequenas, uma vez que eles não são, em muitos casos, considerados como seres de cultura que vivenciam e (re)elaboram processos sociais vinculados às questões étnico-raciais, portanto, não são tidos como “bons” depoentes empíricos.

Para Rita de Cássia Fazzi (2012), as crianças brasileiras vivenciam um “drama racial” no contexto das escolas, e esse drama se evidencia na tensão vivida por elas entre seus pares, nos momentos de socialização. Em seu livro intitulado *O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito*, a autora apresenta como o preconceito racial se fazia (naquele período) presente na infância de crianças que cursavam séries dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e como elas elaboravam suas experiências raciais em contextos marcados pela tensão frente a tratamentos desumanizantes.

Na obra, ela apresenta episódios de brincadeiras infantis registradas nos momentos do recreio. Naqueles espaços/tempos curriculares, a cor da pele atuava como dispositivo de inferiorização e fortalecimento de estereótipos para com as crianças negras. Ela constatou que quando “[...] um rótulo negativo (p.e. macaco) é imputado por uma criança e, a partir disso, outras começam a utilizá-lo, inicia-se o processo de estigmatização. A criança estigmatizada passa a ser depreciada pelo grupo e vista como diferente” (Fazzi, 2012, p. 172), ou seja, passam a ser excluídas socialmente, evitadas e distanciadas em razão das rotulações negativas a elas impostas. A autora revela ainda que havia muitas possibilidades de uma criança retinta ser gozada por conta de sua cor de pele, e que a gozação enquanto prática de socialização entre

pares era “*considerada coisa de criança* pelos adultos e que, por isso, muitas vezes não é levada a sério, torna-se um eficiente mecanismo social de aquisição, consolidação e objetivação de uma ordem social preconceituosa” (Fazzi, 2012, p. 167, grifo da autora).

Ao conviver com as crianças nos momentos do recreio, ela percebeu que os docentes, muitas vezes, não compreendiam o impacto de brincadeiras infantis com teor negativo vinculadas à cor e ao fenótipo, pois não se davam conta do quanto elas reforçam o racismo, o preconceito e a construção de estereótipos. Portanto, fazia e faz-se necessário combater esse tipo de comportamento e a visão adultocêntrica que temos de que as crianças não compreendem o que dizem e fazem, que nas brincadeiras tudo é permitido porque é *coisa de criança*. Mesmo tendo sido conduzida nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a pesquisa de Fazzi (2012) nos traz elementos importantes que não podem ser desconsiderados, pois, nos processos de socialização, os apelidos raciais convertem-se em estereótipos que violentam a identidade e afetam a autoestima de crianças negras, sejam elas bebês, crianças bem pequenas ou pequenas.

Outra pesquisa importante nesse campo foi desenvolvida pela pesquisadora Eliane Cavalleiro (2012). Investigando crianças da Educação Infantil, a autora percebeu que esse ambiente as socializava para o silêncio e submissão frente a atitudes discriminatórias vinculadas à cor da pele e aos traços fenotípicos. Sua pesquisa, até então inédita, defendida em 1998, nos alerta e diz que, por mais que se tente ocultar, a questão racial e étnica aparece no espaço escolar de modo consistente e isso se agrava porque a comunidade escolar entende que o preconceito é um problema externo à escola, que deve ser problematizado no âmbito doméstico.

Sua obra *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil* evidencia/denuncia que as professoras de infância demonstravam mais afetividade e atenção para com as crianças brancas. Ela observou que “[...] quando chega o final da aula a professora beija e abraça somente as crianças brancas” (Cavalleiro, 2012, p.73). Além do mais, a autora notou que quando as professoras presenciavam brincadeiras de *mal gosto* feitas por crianças brancas para com as negras, muitas se calavam diante da situação, compactuando, de modo implícito, com o racismo e o preconceito praticado. O silêncio das professoras nesse contexto era, como dito acima, pautado na crença de que esse é um problema de âmbito doméstico, portanto, cabia à família o papel de falar sobre questões étnico-raciais com as crianças. Portanto, “[...] para os professores o preconceito é um problema que decorre apenas das experiências vividas na família. Assim, não se reconhecem a si mesmas como parte do problema, mas, apenas, como parte da solução” (Cavalleiro, 2012, p. 68).

A partir dessas e de outras pesquisas mais recentes, como a de Nunes (2016), percebemos que essa etapa de educação não está isenta dos conflitos vinculados às questões

étnico-raciais. Quando nos silenciemos diante dessas práticas, promovemos injustiça social e curricular. Portanto, a cultura do silenciamento favorece o adultocentrismo, o colonialismo e promove discriminação étnico-racial. Quando as docentes relegam apenas às famílias a responsabilidade de combater o racismo, o preconceito e a discriminação, elas, conseqüentemente, compactuam com as desigualdades sociais e raciais que afetam cronicamente a nossa sociedade. Ao longo dos anos, muito se tem discutido sobre essa problemática na vida desses sujeitos sociais de pouca idade, porém, pouco se tem falado sobre como essas questões permeiam/impactam a vida e o desenvolvimento dos/as bebês e crianças bem pequenas negras, o que a torna uma questão extremamente necessária e relevante.

Em vista disso, a presente pesquisa busca responder à seguinte questão: *O que se tem discutido no Brasil sobre bebês e crianças bem pequenas negras que frequentam espaços de Educação Infantil?* Portanto, temos como intento analisar a produção de conhecimento no Brasil sobre bebês negros e crianças bem pequenas negras no contexto da creche. Para tanto, elencamos como objetivos específicos: fazer um levantamento no banco de dados dos GT 07 e GT 21 da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), no banco de dados da Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) as pesquisas produzidas no Brasil sobre bebês negros e crianças bem pequenas negras, entre os anos de 2009 à 2023; apresentar os principais conceitos discutidos nessas pesquisas; discutir possíveis lacunas do conhecimento apontadas pelos pesquisadores/as acerca da temática e refletir em que medida as pesquisas nos apresentam possibilidades metodológicas para a promoção de práticas pedagógicas antirracistas no contexto da creche.

No Brasil, Fabiana de Oliveira e Anete Abramowicz (2010) inauguram as pesquisas acerca das questões étnico-raciais na creche. Em sua pesquisa intitulada *Infância, raça e paparicação* evidenciam e denunciam que os/as bebês negros/as, no contexto da creche, estão fora da prática de “paparicação”, ou seja, há um tratamento diferenciado das/os professoras/es para com os/as bebês e crianças bem pequenas brancas, desse modo, desde o berçário, o corpo negro é rejeitado e penalizado.

O racismo aparece na educação infantil, na faixa etária entre 0 a 2 anos, quando os bebês negros são menos “paparicados” pelas professoras do que os bebês brancos. Ou seja, o racismo, na pequena infância, incide diretamente sobre o corpo, na maneira pela qual ele é construído, acariciado ou repugnado (Oliveira; Abramowicz, 2010, p. 222).

Sendo assim, o racismo aparece na Educação Infantil através das relações que se dão entre adultos e crianças, principalmente nas práticas relacionadas ao corpo e através das brincadeiras em que sempre se colocam crianças brancas representando personagens de príncipes e princesas e as negras/os como empregadas domésticas ou em cargos de menor prestígio social.

Esses achados corroboram com o pressuposto de que, no Brasil, os bebês não estão imunes à discriminação étnico-racial, já que o racismo é estrutural e estruturante e se apresenta fortemente em todos os âmbitos sociais, seja na saúde, educação, lazer, transporte, moradia, cultura, religiosidade, etc.

Esse pensamento é reafirmado pelo autor Flávio Santiago (2020) em seu artigo intitulado *Não é nenê, ela é preta: educação infantil e pensamento interseccional*. No texto, o pesquisador pontua a necessidade “[...] de se pensar as crianças pequenininhas, não só negras, mas também brancas, como sujeitos sociais localizados em um contexto social marcado pela diferenciação racial, de gênero e de idade” (Santiago, 2020, p. 3), haja vista que todos (brancos, indígenas, pardos, negros, amarelos) vivemos numa sociedade extremamente racializada, portanto, faz-se necessário questionar os privilégios que essa sociedade (re)produz e isso só será possível se questionarmos a branquitude.

Para os/as autores e autoras que investigam crianças, infâncias e Educação Infantil, ainda há muito o que ser discutido, investigado e analisado nesse campo de conhecimento. Para eles, a infância é um campo de conhecimento solidificado, com um importante referencial teórico que produz saberes sobre as culturas infantis, as brincadeiras, o simbólico, a aprendizagem, as linguagens, etc., tendo como pressuposto o referencial teórico da Sociologia da Infância, da Antropologia da Criança, da Pedagogia Histórico-Cultural, dentre outros. Todavia, quase não identificamos a intersecção de estudos dos campos de conhecimentos dos estudos de bebês (no campo da infância) e das relações étnico-raciais.

Um dos únicos trabalhos encontrados foi o recente texto publicado pelas pesquisadoras Tebet e Amorim (2024), intitulado *Quem são os pares raciais de bebês em creches?* Nele, as autoras pontuam que é raro se encontrar pesquisas que debatem sobre grupos de pares raciais, mesmo no Brasil, onde a quantidade de pesquisas que tratam dos grupos de pares infantis é bastante significativa. No campo empírico investigado, as autoras relatam cinco episódios que evidenciam processos de socialização racial entre os bebês, reconhecendo-os também como atores de tais processos. A partir dos dados elas concluem que

A possibilidade que esses bebês têm de interagir cotidianamente com outros racialmente diferentes de si e de viver relações de afeto, tanto com pares raciais como no âmbito de relações interracializadas, possui certamente um papel importante na socialização que estão vivendo e impactam o modo como percebem o mundo e as relações étnico-raciais (Tebet; Amorim, 2024, p. 596).

Ao lado das pesquisas que tensionam essa realidade, no Brasil há políticas públicas voltadas à essa temática, a exemplo da Lei nº 10.639/03, que trata da obrigatoriedade do “Ensino de História e Cultura Afro-brasileira” em todas as escolas de Educação Básica; a Lei nº 11.645/08, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004); e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2013). Ao lado dessas regulações específicas para o campo das relações étnico-raciais, há as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (Brasil, 2009, p. 12, grifos nossos), na qual as crianças são conceituadas como

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, **relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva**, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Desse modo, compreendo que é nas relações e práticas cotidianas que as crianças aprendem, se desenvolvem e descobrem o mundo. Portanto, o modo como esse mundo é apresentado a elas impactará positiva ou negativamente nas suas subjetividades e identidades, nas percepções que elas construirão sobre o mundo que as cercam. Portanto, o referencial teórico e os mecanismos legais acima supracitados são um importante passo para a compreensão de como essa temática não pode ser ofuscada no cotidiano do fazer docente na Educação Básica. As crianças, desde bebês, sentem, ouvem, vivem e percebem o mundo a partir do contato com o outro e, muitas vezes, com um outro diferente (fenotipicamente) de si mesma. Portanto, faz-se necessário qualificar essas relações, qualificar as imagens que são veiculadas no cotidiano da creche (nos cartazes, nos livros literários, nos vídeos, etc.) para que a diferença não seja tratada como desigualdade, mas como um elemento positivo na constituição da sociedade brasileira.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

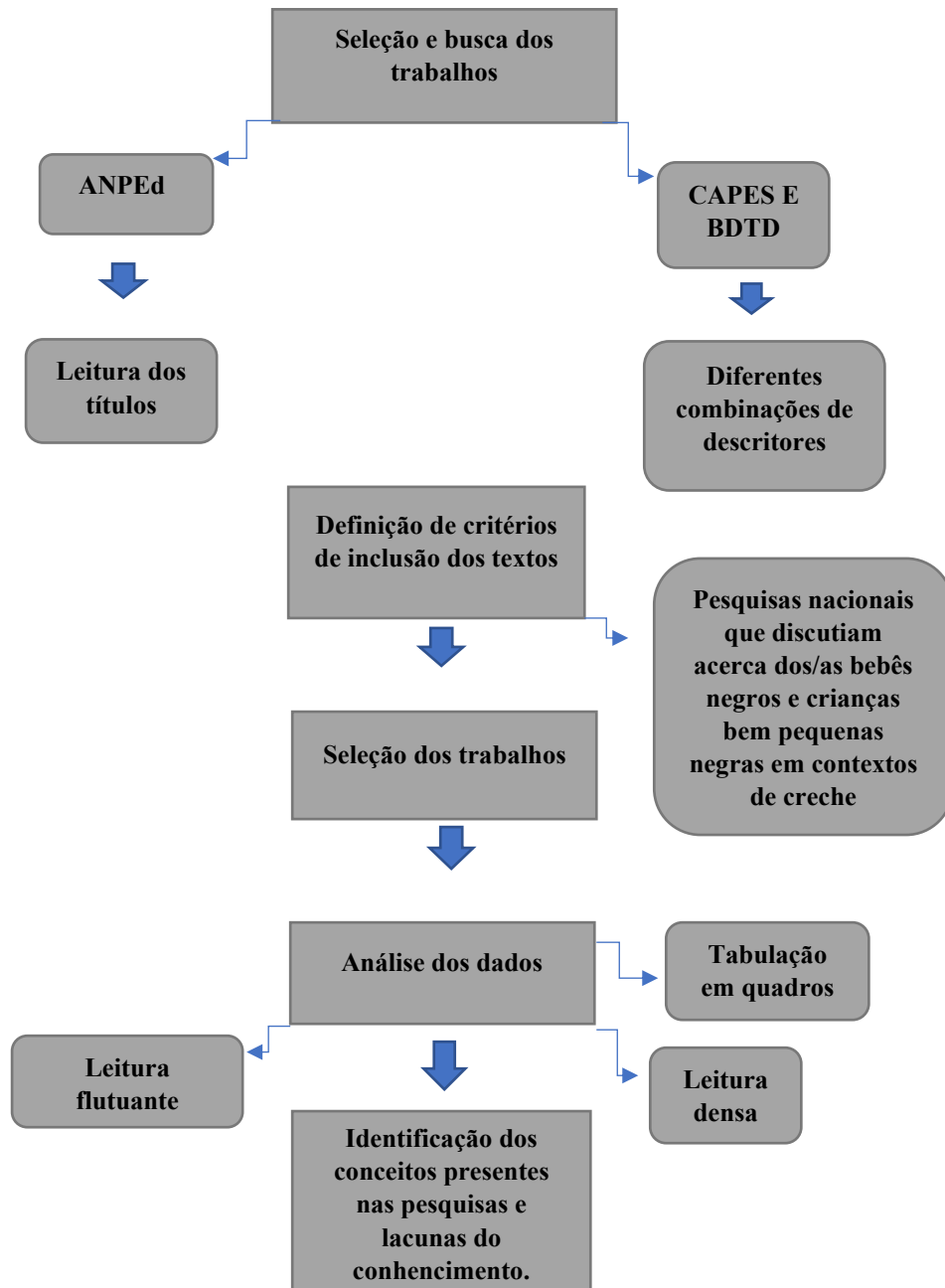
Este estudo configura-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de tipo documental, pois, para analisar a produção de conhecimento no Brasil sobre bebês negros e crianças bem pequenas negras no contexto da creche, analisamos qualitativamente o conteúdo das produções anexadas em bancos de dados nacionais. Para tanto, realizamos uma pesquisa inventariante, ou seja, um mapeamento da produção de conhecimento nesse campo.

Segundo Maria Cecília Minayo (2001, p. 21), nas ciências sociais a pesquisa qualitativa trabalha com a realidade, ou seja, “trabalha com universos de significados, motivos, valores, crenças” dos fenômenos que perpassam a vida das pessoas. Logo, é uma pesquisa que se faz com pessoas, sobre a vida de pessoas, com elementos eminentemente humanos, em que não cabe criar padrões, regras matemáticas ou hipóteses previamente estabelecidas. Portanto, na presente investigação buscaremos evidenciar as compreensões dos/as diferentes pesquisadores acerca de seus objetos de pesquisa. Logo, serão tecidas aqui compreensões a partir de experiências vividas nos diferentes campos empíricos.

Por ser documental, a presente pesquisa configura-se como uma pesquisa bibliográfica, do tipo estado do conhecimento. Para Gil (2002), a pesquisa bibliográfica se desenvolve apoiada em material já elaborado, feito principalmente de livros e artigos científicos anexados em diferentes repositórios. Quanto ao estado do conhecimento, Morosini (2015, p. 102) o entende como “[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica”. Então, acreditamos que uma pesquisa documental de tipo estado do conhecimento nos permitirá apresentar os principais conceitos discutidos, bem como as possíveis lacunas do conhecimento apontadas na área das relações étnico-raciais e dos estudos de infâncias no Brasil.

Para tanto, realizamos o levantamento bibliográfico por meio da revisão de literatura nos bancos de dados da ANPED, no GT 07 – Educação de 0 a 6 anos e no GT 21 – Educação e relações Étnico-Raciais; no banco de dados da BDTD e no banco de dados da Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações da Capes, com recorte temporal entre 2009 e 2023. Na figura abaixo, apresentaremos as etapas da revisão de literatura.

Figura 1 – Etapas da Revisão de Literatura



Fonte:Elaboração da autora, 2025.

Na ANPEd, a busca foi realizada por meio da leitura dos títulos dos trabalhos completos e dos pôsteres, apresentados nas reuniões nacionais realizadas no período estabelecido. Já na CAPES e na BDTD, a busca foi feita por meio de diferentes combinações de descritores. A lista dessas combinações é apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 – Combinações de descritores no levantamento bibliográfico

CAPES		BDTD	
1ª busca: bebês negros e berçário	-	1ª busca: bebês negros	-
2ª busca: bebês negros e educação infantil	-	2ª busca: bebês negros e educação infantil	-
3ª busca: bebês negros e creche	1	3ª busca: bebês negros e creche	-
4ª busca: bebês negros e crianças bem pequenas	-	4ª busca: bebês negros e crianças bem pequenas	2
5ª busca: bebês negros e crianças bem pequenas na Educação Infantil	-	5ª busca: bebês negros e crianças bem pequenas na Educação Infantil	-
6ª busca: crianças bem pequenas na Educação Infantil	-	6ª busca: crianças bem pequenas negras na Educação Infantil	1
7ª busca: crianças pequenininhas negras na educação infantil	-	7ª busca: crianças pequenininhas negras na Educação Infantil	-
8ª busca: bebês negros	-	8ª busca: bebês negros	-
9ª busca: crianças negras bem pequenas	-	9ª busca: crianças negras bem pequenas	1
10ª busca: crianças negras e creche	4	10ª busca: crianças negras e creche	1

Fonte: Elaboração da autora, 2025.

No momento do levantamento de dados, optamos por eleger alguns critérios de inclusão dos textos a partir dos objetivos que foram traçados. Assim, foram selecionados apenas pesquisas nacionais que discutiam acerca dos/as bebês negros e crianças bem pequenas negras em contextos de creche. As pesquisas realizadas em outros contextos (terreiros, pré-escola, quilombos, ruas, etc.) foram desconsideradas. Dessa pesquisa inventariante, chegamos ao resultado total de 17 textos, como consta no Quadro 2, abaixo.

Quadro 2 – Pesquisas publicadas sobre a temática entre os anos de 2009 e 2023

Banco de dados	Quantidade de pesquisas encontradas
ANPEd (GT 07)	04
ANPEd (GT 21)	03
CAPES	05
BDTD	05
TOTAL:	17

Fonte: Elaboração da autora, 2025.

Para a análise do material coletado, optamos pelo método de análise de conteúdo na perspectiva de Maria Laura Franco (2005). Primeiro, realizamos a leitura flutuante. Esse tipo de leitura consiste no contato inicial com o texto, nesse momento, o intento é conhecer os textos e as mensagens existentes neles. Ao passo que fomos lendo o material e conhecendo-o, tabulamos todos os dados em quadros. Neles, identificamos as regiões onde as pesquisas foram produzidas, os títulos, o ano de publicação dos textos, as palavras-chave, os problemas de

pesquisa, o objetivo geral e específicos, as metodologias, as seções e os conceitos principais abordados em cada texto.

Logo após essa leitura e tabulação inicial, imprimimos os quadros e realizamos uma leitura densa, cuidadosa, que nos permitiu encontrar os conceitos presentes nos textos, bem como identificar as possíveis lacunas do conhecimento apontadas pelas pesquisas. O resultado dessa leitura cuidadosa será apresentado nas próximas seções da presente pesquisa.

3 ANÁLISE DOS DADOS

Nessa seção, apresentaremos as análises realizadas a partir dos dados produzidos no campo empírico. Logo, buscaremos apresentar os principais conceitos discutidos nas pesquisas publicadas e identificar, se as pesquisas nesse campo apontam lacunas do conhecimento. Para tanto, organizamos o texto em três subseções, a partir dos diferentes repositórios.

3.1 O QUE NOS DIZEM O GT 07 E GT 21 DA ANPEd SOBRE BEBÊS NEGROS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS NEGRAS?

Como apresentado no Quadro 2, na ANPEd foram publicadas 07 pesquisas que dialogam com a temática aqui discutida. Para sistematizar melhor os dados, organizamos no Quadro 3.

Quadro 3 – Publicações na ANPEd

Autore/as	Título	Reunião	Ano	GT
Silvia Helena Vieira Cruz	Considerações acerca da discriminação étnico-racial em crianças pequenas	37 ^a	2015	07
Adriana do Carmo Corrêa Gonçalves	“Tia, quero ser negro”: diferenças étnico-raciais na creche	39 ^a	2019	07
Silvia Helena Vieira Cruz e Pedro Neto O. de Aquino	A construção da identidade étnico-racial em crianças negras: relações entre professora e crianças em uma creche de uma comunidade de remanescentes quilombolas	40 ^a	2021	07
Loani Cristina Buzo Pontes e Natália Lopes dos Santos	Linhas Costumeiras e linhas de errância: quando a negritude dos bebês invade a creche	40 ^a	2021	07
Lucineide Nunes Soares e Santuza Amorim da Silva	Relações Étnico-Raciais e Educação Infantil: ouvindo crianças e adultos	36 ^a	2013	21
Aline de Assis Augusto	Educação infantil e relações étnico-raciais: a lei no papel, a lei na escola	37 ^a	2015	21

Ivone Jesus Alexandre	“Aquele Preto Não É Minha Amiga!”: interações e socialização de crianças haitianas nas escolas de Educação Infantil em SINOP/MT	38ª	2017	21
--------------------------	---	-----	------	----

Fonte: Elaboração da autora, 2025.

De início, os dados da ANPEd nos apresentam alguns elementos interessantes. Primeiro, mais de 50% de todos os textos encontrados na pesquisa foram publicados em seus dois repositórios, o que reitera a relevância dessa Associação na difusão do conhecimento no Brasil. Segundo, o GT 21 antecede ao GT 07 nas discussões voltadas às relações étnico-raciais com crianças, pois a primeira publicação nesse GT ocorreu em 2013 e só dois anos depois tivemos a primeira pesquisa publicada no GT 07. Terceiro, de modo geral, o volume maior de pesquisas que fazem a intersecção entre as infâncias de bebês e crianças bem pequenas e as relações étnico-raciais, ganha fôlego somente a partir do ano de 2015, ou seja, esse campo se configura ainda como um campo que está se constituindo. Esses dados somam-se a muitos outros que problematizam o quanto as crianças e suas infâncias ainda são invisibilizadas no campo da produção científica educacional brasileira. Por fim, no quarto e último elemento identificamos que no universo das/os 10 pesquisadoras/es, apenas 1 é do sexo masculino. Logo, na ANPEd, são as mulheres que se interessam por desenvolver pesquisas sobre essa temática, o que nos faz defender o pressuposto de que esse é um ranço da pedagogia tradicional que vincula infância à maternagem.

A leitura dos 07 textos nos possibilitou identificar, apresentar e discutir os principais conceitos utilizados. O Quadro 4 contém a lista de tais conceitos.

Quadro 4 – Relação dos conceitos encontrados nas pesquisas da ANPEd

Relação dos conceitos
Criança(s)
Discriminação étnico racial
Reprodução interpretativa
Linhas costumeiras
Linhas de errância
Currículo-como-plano-pensado

Fonte: Elaboração da autora, 2025.

A primeira pesquisa indexada no repositório da ANPEd pertence à autora Silvia Helena Vieira Cruz (2015). Nele, a autora buscou apreender, de maneira exploratória, como a discriminação étnico-racial é percebida por crianças de três anos de idade que frequentam uma creche municipal na cidade de Florianópolis. Para tanto, investigou se como as crianças dessa idade percebem as diferenças físicas decorrentes dessa pertença, em que medida essas crianças associam alguma discriminação ao pertencimento étnico-racial e se elas próprias fazem essa

discriminação. No texto, ela evidencia que, em geral, as crianças afirmavam que os colegas não brincavam/abraçavam os personagens negros “porque não queriam”, “porque não pode” ou simplesmente “porque não”. Além disso, apareceu muito pouco a associação da discriminação à pertença étnico-racial: apenas duas crianças atribuíram a rejeição dos personagens ao fato deles serem negros. Considerando que essas crianças frequentavam a mesma creche, a autora defende o pressuposto de que essa associação esteja relacionada a experiências pessoais vivenciadas por tais crianças fora desse ambiente institucional. Ou seja, para ela, nessa idade, as crianças ainda não associam discriminação ao pertencimento étnico-racial porque provavelmente ainda não vivenciaram tais experiências.

O texto de autoria de Adriana do Carmo Corrêa Gonçalves (2019). Trata-se de uma pesquisa exploratória, que tem como objetivo contribuir para as discussões sobre diversidade e diferenças étnico-raciais na Educação Infantil, com destaque para o segmento creche. Para tanto, resgatou do caderno da *Turma 22* de uma creche municipal da cidade do Rio de Janeiro os registros que compreendem descrições de atividades, análises e informações sobre o desenvolvimento das crianças, no período de março a junho de 2018. A partir do material analisado, a autora percebeu que as brincadeiras e interações na creche revelaram que as crianças, embora em tenra idade, já carregam subjetivações em relação às questões étnico-raciais, indicando que as crianças, sejam elas negras ou brancas, dificilmente se identificam com os marcadores identitários de pessoas negras, que possuem cabelos crespos, enrolados, *blacks*. Diante dessa constatação, a autora propõe novos desdobramentos na ação pedagógica da creche investigada.

Os autores Silvia Helena Vieira Cruz e Pedro Neto O. de Aquino (2021), problematizam as relações entre professora e crianças numa creche de uma comunidade remanescente de quilombolas, no Ceará, a partir da discussão sobre identidade e pertencimento na Educação Infantil, evidenciando as intersecções entre essas dimensões e as relações étnico-raciais. Participaram do estudo quinze crianças de três a quatro anos de idade, majoritariamente negras, e a professora do grupo. Os autores concluem que nenhuma das práticas promovidas pela professora durante o período de observação continham ações pedagógicas voltadas à valorização do pertencimento étnico-racial das crianças ao grupo e à comunidade. Assim, as ações docentes ali desenvolvidas não contribuíam positivamente na valorização da identidade negra daquelas crianças.

A pesquisa das autoras Loani Cristina Buzo Pontes e Natália Lopes dos Santos (2021). Apresenta excertos contendo resultados de um projeto coletivo desenvolvido entre 2018 e 2020 que teve como objetivo discutir o currículo da Educação Infantil para bebês, a partir da

identificação e do traçar das linhas costumeiras e das linhas de errâncias produzidas por bebês nos espaços da creche e nos lares de famílias negras. O estudo evidencia o predomínio de movimentos de captura dos bebês pelos adultos em situações em que as linhas de errância emergem. Elas ressaltam as ações desenvolvidas por educadoras na tentativa de manter os propósitos do currículo-como-plano pensado. Desse modo, os bebês são capturados em meio a construção de suas linhas de errância, o que interrompe seus processos de experimentação do mundo, o que aponta “[...] para a necessidade e importância de não nos prendermos aos planos e à rotina e nos abirmos para o resto, para tudo o que emerge. Quando permitimos o movimento dos bebês nos abrimos para o novo que eles nos oferecem” (Pontes; Santos, 2020, p. 1).

Lucineide Nunes Soares e Santuza Amorim da Silva (2013), são as autoras do quinto texto encontrado, o primeiro do GT 21. Nele, elas apresentam como objetivo de investigação as relações étnico-raciais nas práticas educativas engendradas com as crianças entre zero e seis anos de idade no contexto da Educação Infantil de uma escola pública do município de Teófilo Otoni/MG. Os dados revelados por meio da organização e dinâmica de práticas, de brincadeiras, dos discursos dos adultos, de falas e silêncios das crianças permitiram às autoras interpretar e inferir que, na escola pesquisada, predominava um discurso de igualdade que tendia a contribuir para a invisibilidade da diversidade presente. Essa tendência e/ou contradição aparece nos materiais visuais (cartazes, painéis) de sala e da área externa; nos brinquedos; nas literaturas; e vídeos assistidos pelas crianças, visto que esses artefatos culturais apresentavam prioritariamente a presença do grupo branco, o que impedia que as crianças negras ou de outros grupos étnico-raciais construíssem o sentimento de pertença ao seu grupo, em razão da falta de representatividade e de um trabalho consistente acerca da diversidade.

A autora Aline de Assis Augusto (2015), em seu texto, se debruça sobre as relações étnico-raciais no interior de uma escola de Educação Infantil do município de Juiz de Fora/MG. O objetivo da pesquisa foi analisar as representações dos educandos acerca do tema da diversidade étnico-racial, buscando encontrar elementos que permitam estabelecer um diálogo entre o texto entre Lei nº 10.639/2003 e a realidade vivenciada nas escolas. Todavia, a autora apresenta apenas uma discussão teórica, pois a pesquisa ainda estava em andamento.

A sétima e última pesquisa pertence a autora Ivone Jesus Alexandre (2017), e tem como objetivos saber como está sendo o processo de inserção das crianças haitianas nas instituições educacionais de Sinop/MT; analisar como as escolas recebem e percebem essas crianças; verificar as experiências vivenciadas pelas crianças haitianas em relação as outras crianças/colegas, professores, gestoras; e averiguar como elas são percebidas no contexto escolar. A pesquisa utilizou a investigação qualitativa com desenho etnográfico obtido por meio

de entrevistas e observações em escolas de Educação Infantil, tanto municipais, quanto estaduais. A autora tece algumas reflexões teóricas sobre crianças refugiadas e discute apenas alguns dados, haja vista que no período de apresentação do texto, a pesquisa ainda se encontrava em andamento. Ela conclui que, nas escolas de Educação Infantil investigadas, algumas crianças foram rejeitadas e discriminadas racialmente por outras crianças, mas também houve momentos de acolhimento e demonstrações de afeto e solidariedade.

3.2 CRIANÇA, SER DE CULTURA QUE ELABORA SENTIDOS E SIGNIFICADOS SOBRE O MUNDO

A leitura do material permitiu que identificássemos seis conceitos principais, discutidos nas 7 pesquisas publicadas na ANPEd, os quais estão listados no Quadro 4 e que, em conjunto, defendem o pressuposto de que as crianças são seres de cultura, que leem o mundo, o compreende e lhe atribui novos e múltiplos significados. Portanto, as crianças se constituem como importantes depoentes empíricos, pois elas sabem de si, das suas vidas. Os conceitos discutidos são: criança(s), discriminação étnico-racial, reprodução interpretativa, linhas costumeiras, linhas de errância e currículo-como-plano-pensado.

A discussão sobre os conceitos de criança(s) e discriminação étnico-racial está presente na pesquisa de Cruz (2015). Reprodução interpretativa é apresentada na pesquisa de Alexandre (2017). Pontes e Santos (2021) discutem os conceitos de linhas costumeiras, linhas de errância e currículo-como-plano-pensado. Em conjunto, esses conceitos muito nos ajudam na compreensão de como alguns elementos estruturantes interferem na construção da subjetividade das crianças.

No texto *Considerações acerca da discriminação étnico-racial em crianças pequenas*, Silvia Helena Veira Cruz (2015) se fundamenta na discussão conceitual de que as crianças “[...] são sujeitos históricos e sociais que aprendem e se desenvolvem em todos os ambientes que frequentam, se constituindo em todas as suas experiências” (Cruz, 2015, p. 3). Sendo assim, as crianças são capazes de se desenvolverem em diversos ambientes e contextos sociais nos quais transitam. Todavia, há casos em que a discriminação étnico-racial se manifesta nos contextos de sociabilidade infantil, dentre os quais a escola, o que impacta fortemente na construção da subjetividade das crianças. Portanto, Cruz (2015) concebe a criança enquanto ser potente que compreende as dinâmicas sociais e se constitui enquanto sujeito nas distintas relações humanas, elaborando compreensões sobre o mundo e sobre si mesmas.

A autora lança mão do conceito de socialização primária de Berger e Luckmann (1974) para defender que essa socialização “[...] que acontece na infância, é a primeira e mais importante para o indivíduo. Nela, ele se apropria de papéis, atitudes, valores de outros significativos, tornando-os seus” (Cruz, 2015, p. 3). Logo, a qualidade das experiências vividas pelas crianças nos seus anos iniciais de vida impacta fortemente no modo como elas compreendem o mundo e a si mesmas. Portanto, o desafio recai sobre a qualidade dessas experiências, haja vista que a nossa sociedade é marcadamente racializada e, por muitos anos, quase não se discutiu o impacto dessas questões na constituição das identidades étnico-raciais das crianças. A autora salienta que:

As produções sobre discriminação na primeira infância com recorte racial são relativamente recentes no Brasil, mas já têm contribuído para desvelar a falsa ideia da democracia racial no Brasil, trazendo para o campo da pesquisa situações vividas ou observadas no cotidiano escolar (Cruz, 2015, p. 5).

Desse modo, as pesquisas sobre essa temática têm sido ferramentas valiosas no combate da discriminação étnico-racial na Educação Infantil. Para Cruz (2015), a discriminação étnico-racial é a adoção de práticas que emergem de julgamentos vinculados à uma postura racista. Portanto, a discriminação é a ação concreta de um indivíduo que se considera superior ao outro. Em se tratando de crianças, esse comportamento faz com que as crianças negras rejeitem seus traços fenotípicos a favor de uma cultura corporal e estética moldada no fenótipo branco e europeu.

Na pesquisa *“Aquela Preta Não É Minha Amiga!”: interações e socialização de crianças haitianas nas escolas de Educação Infantil em SINOP/MT*, Ivone de Jesus Alexandre (2017) também apresenta conceitualmente a criança enquanto um ser potente, que produz cultura e interpreta as situações sociais nos seus contextos de vida. Logo, na defesa desse pressuposto conceitual, a autora lança mão do conceito de reprodução interpretativa defendido por Wilian Corsaro e Manuel Jacinto Sarmiento.

A reprodução interpretativa

[...] contrapõe-se à visão de reprodução passiva, afirmando que as crianças expressam interpretações e atitudes que auxiliam no processo de configuração e de transformação das formas sociais. Desse modo, [...] não são apenas os adultos que intervêm junto das crianças, mas as crianças também intervêm junto dos adultos. As crianças não recebem apenas uma cultura constituída que lhes atribui um lugar e papéis sociais, mas operam transformações nessa cultura, seja sob a forma como a interpretam e integram, seja nos efeitos que

nela produzem, a partir das suas próprias práticas (Sarmiento, 2000, p. 152 *apud* Alexandre, 2017, p. 12).

A partir desses registros, percebemos que, ao vivenciar situações de racismo, as crianças que ainda estão em processos de elaborar compreensões sobre o mundo, interpretam e reproduzem essas ações, haja vista que elas leem o mundo, produzem sentido sobre ele e agem de acordo as leituras que realizam. Essa discussão evidencia a importância de a escola fomentar práticas pedagógicas pautadas no respeito, na valorização da diferença e na construção de uma cultura de paz.

O texto de Loani Cristina Buzo Pontes e Natália Lopes dos Santos (2021), intitulado *Linhas costumeiras e linhas de errância: quando a negritude dos bebês invade a creche* problematiza a omissão do racismo e das questões raciais no trabalho pedagógico com bebês. Elas refletem que “[...] é preciso considerar que o racismo permanece imbricado na organização das instituições sociais e os espaços de educação infantil não estão imunes” (Pontes; Santos, 2021, p. 3) a isso, o que configura a temática como pertinente e necessária.

Na sua tessitura textual, as autoras dialogam com Fernand Deligny (2015) a partir dos conceitos de linhas costumeiras e linhas de errância. A partir dos estudos de Frant (2018) as autoras dizem que

[...] “linhas costumeiras” são “aquelas que percorrem os trajetos cotidianos, normalmente traçadas pelos adultos que acompanham as crianças no seu dia a dia, ao executar as tarefas diárias como pegar lenha, lavar a louça, fazer o pão...” “e designou como “linhas de errância” aquelas onde é possível perceber um desvio no trajeto costumeiro, onde por algum motivo não aparente, as crianças escapam do caminho costumeiro e vagam, se balançam, batem palmas, cantarolam...” (Frant, 2018 *apud* Pontes; Soares, 2021, p.2).

Sendo assim, as linhas costumeiras são os trajetos realizados cotidianamente na rotina das pessoas. Por exemplo, os tempos demarcados no currículo escolar podem ser vistos enquanto linhas costumeiras. Já as linhas de errância podem ser vistas como aqueles movimento de escape, de fuga, de insujeição dos bebês e crianças frente aos movimentos das linhas costumeiras, aos aprisionamentos.

Assim, em seu trabalho, as autoras traçam “[...] um paralelo entre currículo pensado como linhas costumeiras da educação infantil para promover a produção dos indivíduos, e o currículo vivido por bebês” (Pontes; Santos, 2021, p. 2), entendendo que

[...] tanto no cotidiano da creche como no cotidiano do universo familiar, existem linhas costumeiras e um currículo pensado pelos adultos que visam a

produção de modos de existências e a produção dos indivíduos. Com relação às identidades étnicas, observamos que as linhas costumeiras imbricadas no espaço domiciliar de famílias negras, buscam incluir na rotina doméstica elementos que contribuam para a construção de uma identidade racial autoafirmada. Já no ambiente da creche, as linhas costumeiras se refletem na organização dos espaços, na cultura visual presente na decoração e nos materiais lúdicos e pedagógicos evidenciando a valorização e a sobreposição da branquitude e no currículo pensado como plano para promover a educação dos bebês (Pontes; Santos, 2021, p. 2).

Desse modo, tanto na creche como fora dela, os adultos criam regras e rotinas para os bebês e crianças bem pequenas agirem de determinados modos e as linhas costumeiras garantem esse controle. Todavia, esses seres potentes reagem a isso, insubordinam, tensionam esse currículo-como-plano-pensado, mostrando a potência que habita nos encontros, nas pequenas (grandes) descobertas do dia a dia, nas relações, nos tensionamentos. Por fim, a leitura do material publicado na ANPEd nos permitiu a compreensão de que a discriminação racial se encontra presente na Educação Infantil, enraizada, todavia, os bebês e as crianças bem pequenas, enquanto seres sociais potentes, interpretam os contextos nos quais transitam e tensionam esse currículo que tenta enquadrá-las aos planos da cultura europeia.

3.3 O QUE NOS DIZEM AS PESQUISAS INDEXADAS NO REPOSITÓRIO CAPES SOBRE BEBÊS NEGROS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS NEGRAS?

Como apresentado no Quadro 2, no repositório da CAPES foram publicadas 05 pesquisas que dialogam com a temática aqui discutida. Para sistematizar melhor os dados, organizamos no Quadro 5.

Quadro 5 – Pesquisas indexadas no repositório da CAPES entre os anos de 2009 à 2023

Autores/as	Título	Ano	Tipo de pesquisa
Flávio Santiago	"O meu cabelo é assim... igualzinho o da bruxa, todo armado." Hierarquização e racialização das crianças pequenininhas negras na educação infantil	2014	Dissertação
Telma Cezar da Silva Martins	O branqueamento no cotidiano escolar: práticas pedagógicas nos espaços da creche	2017	Tese
Natália Lopes dos Santos	O acolhimento inicial de bebês negros e negras nos espaços da creche: Aspectos a considerar e desafios a alcançar	2021	Dissertação
Lisa Minelli Feital	Educação infantil e desigualdade racial na pandemia: práticas pedagógicas com as crianças negras de dois anos em uma creche de Belo Horizonte	2023	Tese
Isabel de Almeida Barbosa	Criança negra – visibilidade e autonomia educação étnico-racial na creche, aprendizagens experiências, compartilhadas em área de vulnerabilidade social: A cidade de Deus	2023	Dissertação

Fonte: Elaboração da autora, 2025.

De modo geral, os dados da CAPES nos apresentam alguns elementos interessantes. Primeiro, observamos que tanto nesse repositório quanto no repositório da ANPEd, a publicação de pesquisas de voltadas para essa temática ainda são relativamente recentes. Aqui, a primeira publicação data do ano de 2014 e a segunda aconteceu somente três anos depois, em 2017. Segundo, das cinco pesquisas encontradas nesse repositório, duas são do ano de 2023, o que evidencia um recente interesse dos/as pesquisadores/as pela temática. Terceiro, assim como na ANPEd, na CAPES, dos/as 05 pesquisadoras/es, apenas 1 é do sexo masculino, o pesquisador Flávio Santiago. Portanto, podemos inferir que nesse universo investigado (intersecção entre infância e relações étnico-raciais) há apenas 2 pesquisadores do sexo masculino.

Assim como na ANPEd, aqui, a leitura dos 05 textos nos possibilitou identificar, apresentar e discutir os principais conceitos discutidos. O Quadro 6 contém a lista de tais conceitos.

Quadro 6 – Relação dos conceitos encontrados nas pesquisas na CAPES

Relação dos conceitos
Identidades
Racialismo/racialização
Branqueamento
Branquitude
Raça
Racismo
Acolhimento
Bebês
Criança
Infância

Fonte: Elaboração da autora, 2025.

A primeira pesquisa indexada no banco de dados da CAPES, pertence ao autor Flávio Santiago (2014), e tem como objetivo apresentar a violência do processo de racialização sobre a construção das culturas infantis. A pesquisa etnográfica por ele realizada foi desenvolvida em um Centro de Educação Infantil de uma cidade da região metropolitana de Campinas-SP.

Os dados produzidos por Santiago (2014) evidenciam a presença de uma pedagogia da “branquitude” que se embasa em um modelo educacional com propósitos de reprodução de preconceitos referentes às crianças pequeninhas negras, com vistas à manutenção dos privilégios das crianças pequeninhas brancas. Seus dados indicam também como as crianças pequeninhas negras percebem o racismo presente nas posturas pedagógicas adotadas e

deixam explícito, por meio de diferentes linguagens, a não aceitação dos enquadramentos que as fixam em posições subalternas na sociedade.

Sua importante pesquisa deixa explícito “[...] a existência de um processo de discriminação e não valorização de um pertencimento afro-brasileiro; através de inúmeras pedagogias colonizadoras, os padrões de desigualdade e hierarquização dos sujeitos negros são reproduzidos no interior das creches e pré-escolas” (Santiago, 2014, p. 3).

A autora Telma Cezar da Silva Martins (2017), em sua pesquisa, analisa a influência do processo de branqueamento nas práticas pedagógicas na pequena infância, notadamente na creche, e tem como objetivo auxiliar a compreensão e a conscientização dos impactos que o branqueamento promove na formação da identidade da criança de 0-3 anos, especialmente a criança negra. A autora, a partir da análise dos dados, confirmou a hipótese de que, apesar da obrigatoriedade da educação étnico-racial, designada nos termos da Lei nº 10.639/03, o processo do branqueamento mantém-se hegemônico nas práticas educativas da creche.

O texto de Natália Lopes dos Santos (2021), apresenta os achados de uma pesquisa na qual a autora acompanhou oito bebês negros e negras que ingressaram em creches da rede pública, no ano de 2019, com o objetivo principal de compreender, no contexto das relações étnico-raciais, o que significa ingressar bebês negros e negras nos ambientes de Educação Infantil. Tendo como principal ferramenta metodológica o método cartográfico, a pesquisa foi realizada em cinco centros de Educação Infantil situados em quatro municípios, três no estado de São Paulo e um no estado da Bahia. A autora constatou que, além de acolher pessoas recém-chegadas ao espaço da creche, entende-se que também é necessário promover o acolhimento étnico-racial nesses espaços desde o primeiro contato com as famílias, para que as identidades raciais sejam preservadas e respeitadas dentro e fora do espaço doméstico.

A pesquisa de Lisa Minelli Feital (2023), tem como objetivo, analisar e compreender as práticas pedagógicas desenvolvidas com as crianças negras e não negras de dois anos em uma creche de Belo Horizonte, durante a pandemia da COVID-19, no contexto da desigualdade racial existente no Brasil. Para a autora, seus dados evidenciam que a pandemia da COVID-19 atingiu fortemente a população negra, e as crianças negras que frequentam a Educação Infantil não ficaram imune a isso.

Na turma das 15 crianças de dois anos e suas famílias, participantes da pesquisa, essa realidade não foi diferente, revelando a força e o impacto da desigualdade racial no contexto dessas crianças. Ela constatou, também, que os profissionais da creche e a professora da turma pesquisada fizeram todos os esforços para garantir o direito de todas as crianças à educação, mesmo com as adversidades vivenciadas na pandemia.

O último estudo, pertence a autora Isabel de Almeida Barbosa (2023), no qual se propôs a estudar como as crianças negras, de 2 a 4 anos de idade, de uma creche pública em uma zona de vulnerabilidade social, na zona oeste do Rio de Janeiro, se fizeram visíveis a partir do diálogo, alterando e construindo, em conjunto com suas educadoras, propostas pedagógicas em que sua autonomia e protagonismo se fazem presentes no cotidiano da instituição. Sua pesquisa releva que a racialização aparece como um dado significativo no processo de construção das relações entre as crianças, e delas com os adultos nos espaços de Educação Infantil.

3.4 AS CRECHES, OS BEBÊS NEGROS E AS CRIANÇAS BEM PEQUENAS NEGRAS FRENTE ÀS LÓGICAS COLONIAIS

A leitura e análise do material, permitiu que identificássemos os principais conceitos discutidos nas pesquisas publicadas na CAPES, os quais estão listados no Quadro 6. Os conceitos discutidos foram: identidades, racialismo/racialização, branqueamento, branquitude, raça, racismo, acolhimento, bebês, criança e infância.

A discussão sobre os conceitos de identidades, racialismo/racialização estão presentes na pesquisa de Santiago (2014). Os conceitos de branqueamento, branquitude, raça e racismo são discutidos na pesquisa de Martins (2017), e Barbosa (2023) também trata do conceito de racismo. Acolhimento, bebês e criança são conceitos discutidos na pesquisa de N. Santos (2021), e Feital (2023) volta-se para o conceito de infância.

Na pesquisa intitulada “*O meu cabelo é assim... igualzinho o da bruxa, todo armado.*” *Hierarquização e racialização das crianças pequenininhas negras na educação infantil*, de Flávio Santiago (2014), ele apresenta que as identidades podem ser conceituadas como “[...] estruturas de classificação formadas ao longo do tempo, através de múltiplos processos e não algo inato, existente no sujeito no momento do nascimento” (Santiago, 2014, p. 69). Ou seja, as identidades são fluidas e construídas socialmente a partir das relações que vão sendo estabelecidas ao longo da vida e, nesse movimento, elas estabelecem interfaces com os modos de como a sociedade categoriza e reconhece os sujeitos, a exemplo do gênero, da raça, da identidade sexual etc. Logo, não há uma identidade fixa, identificável, imutável, mas um intenso processo de se ver, se reconhecer e se constituir enquanto ser social múltiplo, que se transforma a partir das intercorrências e experiências culturais, sociais e históricas.

Em vista disso, o autor problematiza as relações estabelecidas na creche, enquanto um contexto de vida coletiva, uma vez que as relações ali presentes, quando pautadas na diferença racial, produzem experiências de vida, as quais irão impactar na produção das identidades, tanto

das crianças negras, quanto das crianças brancas e das professoras. Para o autor, o *modus operandi* de relações nas quais os traços fenotípicos produzem diferenças de tratamento dispensados pelos adultos para com as crianças (entre as crianças no seu grupo de pares) são por ele conceituados como processos de racialização ou racismo. Assim,

[a] racialização ou racismo refere-se ao processo político e ideológico por meio do qual certas populações são identificadas por referência direta ou indireta às suas características fenotípicas reais ou imaginárias, de modo a sugerir que essa população só pode ser compreendida como uma suposta unidade biológica (Santiago, 2014, p. 2).

Essa postura violenta impacta na vida das crianças pequenininhas negras, pois as enquadram dentro dos moldes forjados pelos estereótipos de *furacões, bruxas, cabelos de pixaim*, e muitas outras lógicas desumanizantes que valorizam o fenótipo branco em detrimento do negro.

A tese intitulada *O branqueamento no cotidiano escolar: Práticas pedagógicas nos espaços da creche*, de Telma Cezar da Silva Martins (2017), discute que o processo de branqueamento “[...] enquanto legado de um sistema colonizador e escravista, foi idealizado como estratégia para, no âmbito simbólico, ideológico e das relações sociais, embranquecer a sociedade brasileira” (Martins, 2017, p. 37). Em vista disso, a autora apresenta que “[...] o branqueamento do país ou sua ‘arianização’, faz parte de um processo histórico do século XIX, que se perpetua, enquanto ideologia, até os dias de hoje” (Martins, 2017, p. 40). Portanto, o branqueamento, enquanto um pensamento colonial que visava *clarear* a população nacional, tem se perpetuado enquanto uma lógica voltada ao apagamento, não apenas dos traços físicos, mas também dos traços identitários e culturais do povo negro, em favor da idealização de todo um arcabouço estético, cultural e identitário branco-europeu.

A autora supracitada expõe que a branquitude “[...] é entendida e empregada como uma construção sócio-histórica, produzida a partir da classificação e hierarquização das raças, com predomínio da falsa ideia da superioridade branca” (Martins, 2017, p. 41). Posto isso, tanto a branquitude quanto o branqueamento são faces da mesma moeda e são estratégias coloniais construídas socialmente e reproduzidas para privilegiar os brancos, gerando exclusões, preconceitos e violências aos negros.

Sobre o conceito de raça, amplamente impregnado no conceito de branquitude e branqueamento (pois eles se originam da mesma lógica de segregação e exclusão), Martins (2017, p. 46) diz que

[...] veio das ciências naturais, mais especificamente da zoologia e botânica, para classificar as espécies animais e vegetais, passou a significar, também, a maneira de compreender e estabelecer as relações sociais, ou seja, a designar a descendência, a linhagem de um grupo de pessoas a partir de sua ancestralidade e características físicas em comum; e em outro momento, a classificar a diversidade humana a partir dos diferentes traços humanos, o que perpassa pelas relações das classes sociais.

Portanto, nos séculos XVII e XVIII, essa corrente de pensamento ganhou força e o conceito de raça passou a ser utilizado para classificar a diversidade humana a partir de seus traços físicos. Logo, o branco colonizador passou a se classificar enquanto modelo ideal em detrimento dos outros, ou seja, dos indígenas, dos negros, dos mestiços, colocando esses últimos na condição de subalternidade e servidão. Além de toda a exploração física, a lógica racista imprimiu nesses seres o estereótipo de bestialidade, de violência, de degeneração, de criminalidade, etc., de tal modo que, até o presente, ainda não conseguimos romper com tais estruturas de pensamento.

Do conceito de raça emerge o conceito de racismo, um como filho do outro. No que tange a esse último, a pesquisadora supracitada dialoga a partir da visão de Munanga quando defende que “[...] o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e a cultura” (Munanga, 2004, *apud* Martins, 2017, p. 48).

Nesse mesmo pensamento, temos a pesquisa intitulada *Criança negra – visibilidade e autonomia educação étnico-racial na creche, aprendizagens experiências compartilhadas em área de vulnerabilidade social: A cidade de Deus*, de Isabel de Almeida Barbosa (2023). Ela também dialoga com o conceito de racismo para subsidiar a discussão teórica dos dados e nos diz que

[...] o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural (Santos; Vasconcellos, 2021, p. 24, *apud* Barbosa, 2023, p. 100).

Desse modo, entende-se que o racismo é uma ideologia que tenta justificar as desigualdades, sejam elas sociais ou humanas, baseadas em diferenças fenotípicas. Todavia, além das diferenças observáveis, as pessoas de cor são subjetivadas a partir de elementos

vinculados ao intelecto e a cultura. Logo, no Brasil, negro é sinônimo de preguiça, de marginalidade, de baixo rendimento escolar e sua cultura e religião são tratadas como folclore, como religiões malignas que devem ser evitadas.

Na pesquisa intitulada *O acolhimento inicial de bebês negros e negras nos espaços da creche: Aspectos a considerar e desafios a alcançar*, Natália Lopes dos Santos (2021) problematiza o conceito de adaptação amplamente utilizado nos espaços de educação coletiva. A autora apresenta que “[...] adaptar significa acomodar; apropriar; tornar apto; acomodar-se; ajustar-se. Quem exerce a ação de adaptar busca ajustar, habilitar, acomodar algo ou alguém à alguma coisa, a um espaço, a um ambiente, a uma situação pré-definida” (Santos, 2021, p. 77). Desse modo, para ela, o conceito de adaptação nos contextos de educação, quando utilizado de forma incorreta, acaba contribuindo para a exclusão das diversidades e singularidades de cada indivíduo, pois a adaptação, nesse entendimento, pressupõe o enquadramento às normas existentes, pressupõe a homogeneidade em detrimento da diferença e diversidade. Assim, de certo modo, a adaptação promove a exclusão.

Em vista disso Santos (2021, p. 77) pontua que “[...] pensando em processos de colonização, o adaptar nos espaços da creche pode também significar uma forma de colonizar corpos e mentes”. Ou seja, o adaptar, em vez de acolher, tem colocado as crianças na lógica de um padrão único, propagando práticas coloniais de padronização e silenciamento.

Contrapondo a ideia de adaptação, a autora apresenta o conceito de acolhimento. Na pesquisa, ela discute o acolhimento a partir das ideias de Staccioli, para quem

[a]colher uma criança na pré-escola significa muito mais que deixá-la entrar no ambiente físico da escola, designar-lhe uma turma e encontrar um lugar para ela ficar. O acolhimento não diz respeito apenas aos primeiros momentos da manhã ou aos primeiros dias do ano escolar. O acolhimento é um método de trabalho complexo, um modo de ser adulto, uma ideia chave no processo educativo. [...] Acolhimento e método, acolhimento e campos de experiências, acolhimento e dimensões de desenvolvimento (Staccioli, 2013, p. 25 *apud* Santos, 2021, p. 86).

Assim sendo, nos espaços de Educação Infantil, os educadores/as devem acolher as crianças de maneira contínua e não apenas como uma prática que acontece no início do ano escolar. Para ela, acolhimento perpassa a forma como o adulto compreende a infância, a educação e o papel da escola, e atravessa diversos aspectos do trabalho pedagógico, seja na organização dos tempos, espaços e materiais, seja em relação à escuta das crianças, seja no momento do planejamento, pois acolher pressupõe o modo como eu escolho ser e estar com o outro.

Na conclusão de sua pesquisa, Santos (2021, p. 135) diferencia conceitualmente bebês de crianças. Para ela,

no campo iminente referente aos Estudos de Bebês, compreendemos que os bebês representam o devir, a singularidade da diferença e a possibilidade de fazer emergir novas formas de ser e de se relacionar. Diferentemente da categoria criança, que demonstra, por meio de suas ações, já ser uma pessoa individualizada, com prévia noção de identidade geracional, de gênero, de raça, de pertencimento familiar e de grupo de amigos.

Na pesquisa intitulada *Educação infantil e desigualdade racial na pandemia: práticas pedagógicas com as crianças negras de dois anos em uma creche de Belo Horizonte*, Lisa Minelli Feital (2023) discute o conceito de infância a partir das três vertentes analíticas predominantes na Sociologia da Infância: a estrutural, a interpretativa e a crítica.

A corrente da Sociologia da Infância estrutural define a infância como “[...] uma categoria geracional, as condições e as determinações estruturais e estruturantes das experiências das crianças, apontando suas relações sincrônicas e diacrônicas com outras categorias geracionais” (Feital, 2023, p. 31). Logo, a infância é tida como uma categoria social e histórica atravessada por desigualdades sociais, sendo necessário reconhecê-la no plural, pois a infância não é igual para todas as crianças, existem várias infâncias vividas em distintos contextos sociais, históricos e culturais.

Já as pesquisas decorrentes da Sociologia da Infância interpretativa consideram a infância “[...] como uma categoria social por meio da qual cada criança constrói seus processos de subjetivação e de simbolização do mundo da vida” (Feital, 2023, p. 31). Ou seja, a partir da infância a criança constrói sua identidade e interpreta o mundo. A maneira como a sociedade entende a infância impacta diretamente na formação da criança como sujeito único.

E, por fim, as pesquisas decorrentes da Sociologia da Infância crítica definem a infância “[...] como uma construção histórica em que as crianças emergem como grupo social oprimido vivendo condições de exclusão social” (Feital, 2023, p. 32). Sendo assim, a infância é compreendida enquanto uma construção histórica. Essa corrente denuncia e evidencia que as crianças, enquanto grupo geracional, são constantemente oprimidas e excluídas, pois seus direitos e vozes são rotineiramente apagadas na sociedade.

Com isso, percebemos o quanto a Sociologia da Infância tem contribuído para o entendimento da criança enquanto ser social de direitos que, como tal, merece ser ouvida e ter suas demandas consideradas. A partir desses estudos, as crianças passaram a ter vez e voz nas pesquisas e seus mundos/experiências infantis têm sido descritos a partir delas mesmas.

3.5 O QUE NOS DIZEM AS PESQUISAS INDEXADAS NO REPOSITÓRIO BDTD SOBRE BEBÊS NEGROS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS NEGRAS?

Como apresentado no Quadro 2, na BDTD foram publicadas 05 pesquisas que dialogam com a temática aqui discutida. Para sistematizar melhor os dados, os organizamos no Quadro 7.

Quadro 7 – Mapeamento das pesquisas publicadas entre os anos de 2009 à 2023 na BDTD

Autores/as	Título	Ano	Tipo de pesquisa
Arleandra Cristina Talin do Amaral	A infância pequena e a construção da identidade étnico-racial na educação infantil	2013	Tese
Aretusa Santos	Educação das relações étnico-raciais na creche: o espaço-ambiente em foco	2018	Tese
Flavio Santiago	Eu quero ser o sol!: (re) interpretações das intersecções entre as relações raciais e de gênero nas culturas infantis entre crianças de 0 a 3 anos em creche	2019	Tese
Aldia Mielnickzki de Andrade	Branquitude na creche: relações educativo-pedagógicas com crianças de zero a três anos, em uma instituição educacional de Curitiba, PR	2021	Dissertação
Maria Helena Dantas dos Santos Neves	Entre prosas, guardados de memória e experiências docentes: para as relações étnico-raciais na creche	2023	Dissertação

Fonte: Elaboração da autora, 2025.

De forma ampla, os dados da BDTD nos mostram que a primeira publicação nesse repositório aconteceu no ano de 2013, enquanto a segunda publicação ocorreu somente cinco anos depois, em 2018. Percebemos também que, assim como na CAPES, dos/as 05 pesquisadoras/es aqui catalogados, Flávio Santiago permanece como o único homem que tem se interessado por desenvolver pesquisas na intersecção entre infância e relações étnico-raciais. As pesquisas de Flávio (2014; 2019) se fazem presentes nos dois bancos de dados investigados e revelam a potência de um pesquisador atento e implicado com as infâncias. Seus textos evidenciam que esses seres de pouca idade são potentes e resistem frente aos enquadramentos racistas.

Assim como nos outros repositórios, aqui, a leitura dos 05 textos nos possibilitou identificar, apresentar e discutir os principais conceitos teóricos. O Quadro 8 contém a lista de tais conceitos.

Quadro 8 – Relação dos conceitos encontrados nas pesquisas na BDTD

Relação dos conceitos
Infância e criança
Identidade
Racismo/raça
Branquitude
Culturas infantis
Gênero

Fonte: Elaboração própria (2025).

A primeira pesquisa encontrada pertence à autora Arleandra Cristina Talin do Amaral (2013), e trata-se de um estudo etnográfico em um Centro Municipal de Educação Infantil CMEI na cidade de Curitiba/PR. O foco principal foi analisar o modo como as crianças percebem, entre elas e junto aos adultos, as questões ligadas às relações étnico-raciais, verificando as possibilidades que elas têm de construir sua identidade étnico-racial no cotidiano do CMEI. Os sujeitos da pesquisa foram crianças de 3 a 5 anos que frequentavam as turmas de Maternal III e Pré I, bem como os professores e educadores que atuavam na instituição no ano de 2012. A autora destaca que os posicionamentos das crianças quanto às relações étnico-raciais, bem como suas vivências cotidianas no CMEI, indicaram que a organização dos espaços e ambientes é ainda era muito pautada em um ideário que valorizava a “branquitude normativa”; que existe uma predileção, por parte de adultos e crianças, pelo padrão de uma “estética ariana”, ou seja, um padrão nórdico voltado à pele clara, cabelos loiros e olhos azuis. Além disso, as crianças negras expressavam desconforto em relação ao seu pertencimento étnico-racial, principalmente quanto ao tom da pele e a estrutura dos cabelos.

O texto de Aretusa Santos (2018), teve como objetivo compreender como ocorre a educação das relações étnico-raciais em uma creche pública do município de Juiz de Fora/MG, a partir da leitura das marcas visíveis e invisíveis existentes naquele espaço-ambiente. A pesquisa analisou as práticas de cuidado e educação de bebês e crianças de até 03 anos de idade. Os resultados da investigação apontam “[...] modos como a educação das relações étnico-raciais na primeiríssima infância podem ser desenvolvidos em espaços de formação continuada sensíveis à importância deste tema para o desenvolvimento pessoal e formação de identidade de crianças brancas e negras” (Santos, 2018, p. 6).

Já a pesquisa do autor Flavio Santiago (2019), trata-se de uma etnografia que foi realizada na região metropolitana de Campinas/SP e teve como objetivo contribuir com os estudos referentes à produção das culturas infantis, explorando os aspectos relativos às (re)interpretações das crianças pequenininhas, negras e brancas, de 0 a 3 anos, de um coletivo infantil em uma creche pública, acerca das intersecções das práticas racistas e sexistas. Segundo

Santiago (2019, p. 21), “[...] o centro das preocupações nesta pesquisa refere-se à necessidade de pensar as crianças pequeninhas, negras e brancas, como sujeitos sociais localizados em um contexto social marcado pela diferenciação racial, de gênero e de idade”.

A sua pesquisa muito contribui para mostrar o quanto “[...] as instituições de Educação Infantil no Brasil, inúmeras vezes, constituem um lugar hostil para as crianças negras pequeninhas e não têm artefatos culturais que contribuam para o seu acolhimento, bem como são marcadas pelo racismo institucional presente em nossa sociedade” (Santiago, 2019, p. 42-43). Sobre ser um pesquisador branco, gordo e homossexual, ele diz que sua

[...] etnografia foi marcada pela leitura social do corpo, que possui traços fenotípicos brancos, os quais foram em muitos momentos lidos pelas crianças a partir das imagens racialmente propagadas pela branquitude, que tomam como base a cor da pele para estabelecer princípios hierárquicos, definidos a partir de demandas sociopolíticas e disputas de poder, que reforçam privilégios sociais (Santiago, 2019, p. 10).

Ou seja, o pesquisador sentiu na pele, dentro do campo empírico, a força massacrante do tratamento social que é dado às pessoas que fogem das normas estabelecidas socialmente.

A quarta pesquisa pertence a Aldia Mielnickzki de Andrade (2021), e trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa que tem como objetivo analisar por meio de quais processos a branquitude se revela e se materializa nas relações educativo-pedagógicas, no contexto de um Centro Municipal de Educação Infantil da Rede Municipal de Curitiba/PR, com foco em uma turma de bebês entre 1 ano e 1 ano e 11 meses de idade.

Os dados revelaram que a branquitude normativa observada no campo empírico se materializava na organização dos espaços, na seleção de materiais e de brinquedos da instituição e, sobretudo, nas interações entre adultos e crianças. A autora constatou que o privilégio de ser criança branca no local se revelava no

[...] tratamento mais afetivo dispensado a elas pelas professoras em situações do cotidiano, tais como atribuições de apelidos carinhosos, ressaltando a identidade branca e complacência em relação a comportamentos considerados transgressores para crianças não brancas. Identificou-se, entre as professoras, a prevalência de racialização apenas de crianças negras, o não reconhecimento de si como pessoas brancas e, ao mesmo tempo, a funcionalidade do “Pacto Narcísico”, para explicar as relações estruturadas pela branquitude normativa e o medo como componente relacionado a Educação para as Relações Étnico-Raciais (Andrade, 2021, p. 10).

Por fim, temos a pesquisa da autora Maria Helena Dantas dos Santos Neves (2023), seu trabalho configura-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, e teve como objetivo mapear possibilidades de trabalho com a educação para as relações étnico-raciais (ERER), em grupos de bebês na Educação Infantil, conversando com professoras e analisando implicações e ressonâncias da articulação com a dimensão estética em um Centro de Educação Infantil da rede pública municipal de São Paulo/SP.

Utilizando como instrumento metodológico a dialogicidade, as discussões sobre as questões do tema da pesquisa aconteceram em sete rodas de conversas com professoras da Educação Infantil. A autora produziu dados que evidenciam aspectos que necessitam ser desafiados nos contextos da prática docente concernente à educação para as relações étnico-raciais. Sua metodologia lhe permitiu compreender que

[...] existe uma lacuna na formação docente, um distanciamento da pedagogia com a dimensão estética, principalmente quando se busca unir os estudos com ERER. Há falta de experiências outras nas propostas formativas, que possibilitem a ampliação dos seus repertórios artístico-culturais. Essa percepção fez-se presente desde apresentação-convite dos cartões postais com imagens de obras e artistas negros e negras: testemunharam que os artistas apresentados eram desconhecidos (salvo Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus) (Neves, 2023, p. 207-208).

Ou seja, ainda há um imenso distanciamento entre os estudos de infância e o trabalho com as relações étnico-raciais. Faz-se necessário potencializar a formação de professores com saberes e práticas provenientes dos povos afrobrasileiros na diáspora e romper com esse silenciamento.

3.6 A PRODUÇÃO DAS CULTURAS INFANTIS FRENTE ÀS PROBLEMÁTICAS DE RAÇA, RACISMO E BRANQUITUDE

A leitura do material permitiu que identificássemos os principais conceitos discutidos nas pesquisas indexadas na BDTD, os quais estão listados no Quadro 8. Os conceitos discutidos são: infância e criança, identidade, branquitude, racismo/raça, culturas infantis e gênero.

A discussão dos conceitos de infância e criança, identidade estão presentes na pesquisa de Amaral (2013). Raça é problematizado na pesquisa de Santos (2018), enquanto a discussão sobre racismo está presente na pesquisa de Neves (2023). O conceito de branquitude se faz presente na pesquisa de Andrade (2021). Culturas infantis e gênero são conceitos presentes na pesquisa de Santiago (2019).

Na pesquisa intitulada *A infância pequena e a construção da identidade étnico-racial na educação infantil*, Arleandra Cristina Talin do Amaral (2013), em diálogo com Sarmento, diferencia criança e infância:

Infância significa a categoria social do tipo geracional, e criança refere-se ao sujeito concreto que integra essa categoria geracional e que, para além da pertença a um grupo etário próprio, é sempre um ator social que pertence a uma classe social, a um gênero, a uma etnia etc. (Sarmento, 2005b *apud* Amaral, 2013, p. 22).

Portanto, a infância é uma categoria social e a criança, enquanto ser concreto, integra essa categoria. Logo, as crianças habitam o espaço/temporal sociológico da infância, produzindo sentidos e significados sobre o mundo por meio de suas experiências infantis, constituindo-se como seres humanos de cultura. Em vista disso, a autora traz o conceito de identidade para afirmar que as crianças constroem suas identidades nas múltiplas teias de interações sociais que vão sendo tecidas no encontro/contato com o outro.

Reafirmo, resumidamente, que o conceito de identidade a ser utilizado na tese contempla a consciência que a pessoa tem de si mesma, ou seja, a meu ver, a identidade do ser humano é representada pelo modo como cada um se vê, sem desconsiderar que esse olhar sobre si mesmo é moldado por um “um par de lentes” que reflete o modo de ver do outro sobre si mesmo, isto é, são as expectativas da sociedade que, em certa medida, estabelecem contornos para a identificação do indivíduo (Amaral, 2013, p. 58).

Sendo assim, o conceito de identidade é visto como a maneira como cada indivíduo se vê a partir do reflexo dos olhares sociais. Ou seja, o meu olhar sobre mim mesmo é fruto, em grande medida, dos efeitos do olhar do outro sobre mim.

Na pesquisa intitulada *Educação das relações étnico-raciais na creche: o espaço-ambiente em foco* de Aretusa Santos (2018), o conceito de raça é problematizado pela autora a partir das definições sociais desse termo: “[...] a ideia da inexistência de raças do ponto de vista biológico difundiu-se no Brasil, ‘raça’ passou a significar, entre nós, apenas ‘garra’, ‘força de vontade’ ou ‘índole’, mas quase nunca ‘subdivisões da espécie humana’” (Santos, A. 2018, p. 28). Posto isso, ela reflete que, no Brasil, o conceito sociológico de raça se esvaziou de seu sentido, atuando apenas no âmbito simbólico, pois, socialmente, pouco se tem usado o termo raça para distinções entre negros, indígenas, brancos, etc.

Como mencionado na seção anterior, o conceito de raça emerge do conceito de racismo, de modo interconectado. A pesquisa intitulada *Entre prosas, guardados de memória e*

experiências docentes: para as relações étnico-raciais na creche, de autoria de Maria Helena Dantas dos Santos Neves (2023), conceitua o racismo compreendendo que este “[...] significa a manutenção da herança branca, a fim de garantir a permanência de lugares privilegiados, denominados por ela de branquitude, seja de maneira velada ou explícita” (Neves, 2023, p. 72). Então, do racismo nasce o desejo de branquitude, enquanto uma herança maldita da colonização. Logo, racismo e branquitude promovem a manutenção de privilégios, reforçando as desigualdades e dificultando os direitos a uma vida digna às pessoas de cor.

Esse postulado também é defendido na pesquisa intitulada *Branquitude na creche: relações educativo-pedagógicas com crianças de zero a três anos, em uma instituição educacional de Curitiba, PR*, de Aldia Mielnickzki de Andrade (2021). Para tanto, a pesquisadora utiliza o conceito de branquitude quando discute a racialidade das pessoas brancas, evidenciando que a branquitude também é uma construção social, que se estabelece de modo estrutural e estruturante. Contrapondo a isso, a autora discute que

podemos pensar na branquitude como um dispositivo que produz desigualdades profundas entre brancos e não brancos no Brasil, em nossos valores estéticos e em outras situações cotidianas de vida, em que os sujeitos brancos exercem posições de poder sem tomar consciência deste habitus racista que perpassa toda a nossa sociedade (Schucman, 2012, p. 122 *apud* Andrade, 2021, p. 40).

Portanto, é necessário questionar a branquitude, tendo em vista que esse dispositivo se tornou uma estrutura de poder que favorece as pessoas brancas, e que produz desigualdades raciais, mesmo que muitas vezes elas não se percebam enquanto produtoras dessas desigualdades. Precisamos tensionar os privilégios da branquitude. O fato de os brancos não se verem enquanto detentores de privilégios vinculados à raça já demonstra o quanto o racismo impacta nos modos de pensar, agir e sentir da nossa sociedade.

Na pesquisa intitulada *Eu quero ser o sol!: (re) interpretações das intersecções entre as relações raciais e de gênero nas culturas infantis entre crianças de 0 a 3 anos em creche*, Flávio Santiago (2019, p. 31) discute o conceito de culturas infantis a partir do pressuposto de que essas culturas “[...] são produzidas por meio das diferentes relações que as crianças estabelecem com o mundo, trazendo também para suas construções os conflitos existentes nos espaços em que convivem, um elemento que é extremamente positivo”.

Em vista disso, “[...] as culturas infantis não se constroem no vazio; elas são um dos componentes da totalidade estando em relação direta com o que é produzido pelos jovens, adultos/as e velhos. As crianças estão no mundo e não em um mundo à parte” (Macedo, 2016,

p.102 *apud* Santiago, 2019, p. 31). Desta maneira, as culturas infantis são os sentidos e significados sobre os fenômenos humanos produzidos pelas crianças na interação com pessoas, objetos, espaços e situações, ou seja, com o mundo circundante.

Assim, a construção dessas culturas pode ser atravessada por diferentes normas (sexuais, de gênero, raciais, de idade, etc.). Tomando como exemplo as normas de gênero, as crianças produzem culturas infantis sobre tal temática quando aprendem a diferença de gênero por meio de brincadeiras, como o exemplo tradicionalmente reproduzido pela sociedade de que meninas brincam com bonecas e meninos com carrinhos, ou quando os adultos usam a expressão “isso não é coisa de menina/o”. Logo, para o autor, “[...] o gênero é uma interpretação da nossa história dentro de uma constelação discursiva específica uma história na qual somos sujeitos da construção social e estamos a ela sujeitos” (Alcoff, 1988, p. 431 *apud* Santiago, 2019, p. 60).

Então, o gênero, enquanto uma interpretação social, se manifesta de diversas formas, e a maneira de como entendemos o que é ser homem e mulher depende da forma de como a identificação de cada gênero nos atravessa.

De modo geral, as pesquisas indexadas nesses três repositórios possuem pressupostos que se convergem. As crianças, enquanto seres sociais, interpretam o mundo e a si mesmas a partir do contato com outro, nas interações. Logo, precisamos problematizar a qualidade dessas interações, seja elas na escola ou fora dela, se quisermos construir um mundo no qual as pessoas valorizam as diferenças.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com vistas a analisar a produção de conhecimento no Brasil sobre bebês negros e crianças bem pequenas negras no contexto da creche, elegemos como objetivos específicos fazer um levantamento bibliográfico no banco de dados dos GT 07 e GT 21 da ANPEd, no banco de dados da Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações da CAPES e no banco de dados da BDTD, as pesquisas produzidas no Brasil sobre bebês negros e crianças bem pequenas negras, entre os anos de 2009 à 2023; apresentar os principais conceitos discutidos nessas pesquisas, no intuito de identificar possíveis lacunas do conhecimento apontadas pelos pesquisadores/as acerca da temática, e refletir em que medida tais pesquisas nos apresentam possibilidades metodológicas para a promoção de práticas pedagógicas antirracistas no contexto da creche.

Assim, percorremos o caminho metodológico da abordagem qualitativa por meio de uma pesquisa bibliográfica e exploratória nos textos indexados em tais repositórios. Para a

análise do material produzido, realizamos a tabulação dos dados e depois a leitura densa com o objetivo de identificar os elementos acima descritos.

Esse caminhar metodológico nos permitiu evidenciar que o referencial teórico dos repositórios investigados está pautado em conceitos oriundos, em sua grande maioria, da Sociologia e da Sociologia da Infância. Após a leitura densa de todo o material, conseguimos organizá-los em três grandes categorias, cada uma correspondente ao seu respectivo repositório.

Na ANPEd, há uma forte presença de discussões teóricas que reafirmam o pressuposto da *Criança enquanto ser de cultura que elabora sentidos e significados sobre o mundo*. Nesse banco de dados, notamos que as pesquisadoras lançam mão de discussões sobre os conceitos de criança(s) e discriminação étnico-racial (Cruz, 2015); reprodução interpretativa (Alexandre, 2017); e linhas costumeiras, linhas de errância e currículo-como-plano-pensado (Pontes; Santos, 2021). Em conjunto, esses conceitos nos ajudam na compreensão de como alguns elementos estruturantes interferem na construção da subjetividade infantil, tendo em vista que as crianças elaboram compreensões sobre o mundo.

O conteúdo dos textos indexados na CAPES discorre, quase sempre, acerca *das creches, dos bebês e das crianças bem pequenas negras frente às lógicas coloniais*. Como dito anteriormente, essas pesquisas produzem reflexões por meio dos conceitos de identidades, racialismo/racialização (Santiago, 2014); branqueamento, branquitude, raça e racismo (Barbosa, 2023; Martins, 2017); acolhimento, bebês, criança (Santos, N. 2021); e infância (Feital, 2023).

Já na BDTB, observamos que há um predomínio de reflexões sobre *a produção das culturas infantis frente às problemáticas de raça, racismo e branquitude*. Identificamos os conceitos de infância, criança, identidade (Amaral, 2013); raça (Santos, A. 2018); racismo (Neves, 2023); branquitude (Andrade, 2021); e Culturas infantis e gênero (Santiago, 2019).

De modo geral, a análise dos dados empíricos na ANPEd, CAPES e BDTD nos permitiu a compreensão de que a discriminação racial se encontra enraizada no cotidiano da Educação Infantil, todavia, as crianças, enquanto seres sociais potentes, interpretam os contextos sociais em que transitam e tensionam esse currículo que tenta enquadrá-las aos planos da cultura europeia. Em conjunto, esses investimentos teóricos nos mostram o quanto a Sociologia da Infância tem contribuído para o entendimento da criança enquanto ser social de direitos que, como tal, merece ser ouvida e ter suas demandas consideradas. A partir desses estudos, as crianças passaram a ter vez e voz nas pesquisas e seus mundos/experiências infantis têm sido descritos a partir delas mesmas.

De modo geral, as pesquisas indexadas nesses três repositórios possuem pressupostos que se convergem. As crianças, enquanto seres sociais, interpretam o mundo e a si mesmas a partir do contato com outro, nas interações. Logo, precisamos problematizar a qualidade dessas interações, sejam elas na escola ou fora dela, se quisermos construir um mundo no qual as pessoas valorizam a diferença.

Sendo assim, inferi-se que a pesquisa não encerra a discussão da temática, e traz valiosas contribuições acerca da importância de investigarmos e conhecermos os bebês e as crianças bem pequenas negras e suas vivências no contexto de creche. A presente investigação nos permitiu compreender, por meio da leitura e análise dos textos, que existem lacunas do conhecimento apontadas pelos pesquisadores/as acerca da temática, principalmente com relação à ausência de pesquisas voltadas à compreensão das realidades sociais, históricas e culturais vividas pelos bebês negros em contextos diversos, tais como o escolar, familiar, religioso e outros.

Como dito na introdução, esse dado por si só demonstra que ainda predomina um olhar e uma postura adultocêntrica sobre os/as bebês, uma vez que eles não são, em muitos casos, considerados como seres de cultura que vivenciam e (re)elaboram processos sociais vinculados às questões étnico-raciais, portanto, não são tidos como “bons” depoentes empíricos.

Tais pesquisas nos apresentam possibilidades metodológicas para a promoção de práticas pedagógicas antirracistas no contexto da creche, principalmente porque elas problematizam a qualidade das relações estabelecidas entre adultos e crianças, nos ensinando que as crianças não são racistas, mas como vivem em ambientes racializados, passam a incorporar em seus discursos e práticas os comportamentos que observam. Logo, o ambiente escolar deve se primar pelas relações respeitadas, acolhedoras e promotoras da cultura de paz.

Para além disso, ficou evidente a importância de utilizar materiais pedagógicos representativos da cultura afrobrasileira, disponibilizar bonecas/os de diferentes tons de pele, traços e tipos de cabelo, livros ilustrados com personagens negros e indígenas em contextos positivos, criar cartazes contendo elementos étnicos distintos e imagens que representem a população negra, ou seja, promover a diversidade racial e cultural no ambiente da sala e em todo o espaço escolar.

As pesquisas também sinalizam a necessidade de criar projetos de literatura infantil antirracista, para ser trabalhados não somente no mês da Consciência Negra, mas durante todo o ano letivo, por meio de obras que valorizem a identidade negra e indígena. Outro ponto importante refere-se à formação da equipe pedagógica, pois não é possível trabalhar essas questões sem conhecimento, sem adensamento teórico.

E, por fim, faz-se necessário o envolvimento da família e comunidade, pois como estabelece as DCNEI (Brasil, 2009), o trabalho das escolas deve ocorrer de modo complementar ao das famílias. Então, algumas pesquisas sugerem o planejamento de práticas pedagógicas que contem com a participação das famílias das crianças negras, como o compartilhamento de saberes por meio de rodas de conversas, eventos culinários, rodas de samba, ou seja, o estabelecimento de trocas de vivências e experiências afetivas sobre identidade e ancestralidade. Em suma, podemos dizer que é necessário *afroambientar* a escola, desde o berçário.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, Ivone Jesus. “**Aquela Preta Não É Minha Amiga!**”: Interações e Socialização de Crianças Haitianas nas escolas de Educação Infantil em SINOP/MT. *In*: 38ª Reunião Nacional da ANPED. **Anais [...]**. São Luís: ANPED, 2017.
- AMARAL, Arleandra Cristina Talin do. **A infância pequena e a construção da identidade étnico-racial na educação infantil**. 2013. 227f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2013.
- ANDRADE, Aldia Mielniczki de. **Branquitude na creche**: relações educativo-pedagógicas com crianças de zero a três anos, em uma instituição educacional de Curitiba, PR. 2021. 178f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2021.
- AUGUSTO, Aline de Assis. Educação infantil e relações étnico-raciais: a lei do papel, a lei da escola. *In*: 37ª Reunião Nacional da ANPED. **Anais [...]**. Florianópolis: ANPED, 2015.
- BARBOSA, Isabel de Almeida. **Criança negra – visibilidade e autonomia**: educação étnico-racial na creche, aprendizagens e experiências compartilhadas em área de vulnerabilidade social: a Cidade de Deus. 2023. 178f. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-Raciais) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, Rio de Janeiro, RJ, 2023.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Presidência da República [2003]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 08 jul. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC, 2004.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes

e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Presidência da República [2008]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 09 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC/SEPPPIR, 2013.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao fracasso escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação**. São Paulo: Contexto, 2012.

CRUZ, Silvia Helena Vieira. Considerações acerca da discriminação étnico-racial em crianças pequenas. *In*: 37ª Reunião Nacional da ANPEd. **Anais [...]** Florianópolis: ANPEd, 2015.

CRUZ, Silvia Helena Vieira; AQUINO, Pedro Neto Oliveira de. A construção da identidade étnico-racial em crianças negras: relações entre professora e crianças em uma creche de uma comunidade de remanescentes quilombolas. *In*: 40ª Reunião Nacional da ANPEd. **Anais [...]** Niterói: ANPEd, 2021.

FAZZI, Rita de Cássia. **O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FEITAL, Lisa Minelli. **Educação infantil e desigualdade racial na pandemia: práticas pedagógicas com as crianças negras de dois anos em uma creche de Belo Horizonte**. 2023. 197f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2023.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Adriana do Carmo Corrêa. “Tia, quero ser negro”: diferenças étnico-raciais na creche. *In*: 39ª Reunião Nacional da ANPEd. **Anais [...]** Niterói: ANPEd, 2019.

MARTINS, Telma Cezar da Silva. **O branqueamento no cotidiano escolar: práticas pedagógicas nos espaços da creche**. 2017. 164f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, SP, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOROSINI, Marília Costa. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Revista de Educação da UFSM**, [S. l.], v. 40, n. 1, p. 101–116, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/15822>>. Acesso em: 25 abr. 2025.

NEVES, Maria Helena Dantas dos Santos. **Entre prosas, guardados de memória e experiências docentes**: educação para as relações étnico-raciais na creche. 2023. 221f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2023.

NUNES, Míghian Danae Ferreira. Cadê as crianças negras que estão aqui?: o racismo (não) comeu. **Latitude**, Maceió, Brasil, v. 10, n. 2, 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/2616>. Acesso em: 10 jul. 2025.

OLIVEIRA, Fabiana de; ABRAMOWICZ, Anete. Infância, raça e “paparicação”. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, p. 209-226, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/vg5K7QqcXTm9ZRfsW9WVgvj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 jul. 2025.

PONTES, Loani Cristina Buzo; SANTOS, Natália Lopes dos. Linhas costumeiras e linhas de errância: quando a negritude dos bebês invade a creche. *In*: 40ª Reunião Nacional da ANPED. **Anais [...]** Niterói: ANPED, 2021.

SANTIAGO, Flávio. “**O meu cabelo é assim... igualzinho o da bruxa, todo armado**”: hierarquização e racialização das crianças pequeninhas negras na educação infantil. 127f. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2014.

SANTIAGO, Flavio. **Eu quero ser o sol! (Re)interpretações das intersecções entre as relações raciais e de gênero nas culturas infantis entre as crianças de 0–3 anos em creche**. 2019. 111f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2019.

SANTIAGO, Flavio. “Não é nenê, ela é preta”: educação infantil e pensamento interseccional. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, p. e220090, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/tyzm4v7TDVpDtsBcNmvhKzz/>. Acesso em: 09 jul. 2025.

SANTOS, Aretusa. **Educação das relações étnico-raciais na creche**: o espaço-ambiente em foco. 2018. 232f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2018.

SANTOS, Natália Lopes dos. **O acolhimento inicial de bebês negros e negras nos espaços da creche**: aspectos a considerar e desafios a alcançar. 2021. 148f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2021.

SOARES, Lucineide Nunes; SILVA, Santuza Amorim da. Relações étnico-raciais e educação infantil: ouvindo crianças e adultos. *In*: 36ª Reunião Nacional da ANPED. **Anais [...]** Goiânia, GO: ANPED, 2013.

TEBET, Gabriela; AMORIM, Katia de Souza. Quem são os pares raciais de bebês em creches? **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 26, n. 50, p. 577-602, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/99290>. Acesso em: 09 jul. 2025.

